

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ISABELA ZENI

**PERFIL DOS ABUSADORES SEXUAIS E DAS VÍTIMAS: CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC**

**CAÇADOR
2020**

ISABELA ZENI

PERFIL DOS ABUSADORES SEXUAIS E DAS VÍTIMAS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Curso de Serviço Social, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

Orientadora: Profa. Ma. Lilia Capelin

**CAÇADOR
2020**

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, a coordenação do Curso de Serviço Social, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Caçador, ____ / ____ / ____

Acadêmico: _____

Assinatura

ISABELA ZENI

PERFIL DOS ABUSADORES SEXUAIS E DAS VÍTIMAS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova com nota _____ este Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito final para obtenção do título de:

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Prof. Titulação Xxxxx Xxxx Xxxx
Coordenador do Curso de Xxxx

BANCA EXAMINADORA

Titulação Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - UNIARP
(Presidente da Banca/ Orientador)

Titulação Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - INSTITUIÇÃO
(Membro da banca)

Titulação Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - INSTITUIÇÃO
(Membro da banca)

Caçador, SC, ____ de _____ de 20__.

Dedico esse trabalho de conclusão de curso, principalmente, a minha avó Ilce Pigozzo Zeni e minha tia Elma Pigozzo, que me ajudaram, emocionalmente e financeiramente, para que eu pudesse chegar aonde cheguei, sem elas eu não teria conseguido. Esse trabalho não é só meu, mas delas também.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Serviço Social teve o apoio e a ajuda de diversas pessoas, dentre quais quero agradecer: aos professores-orientadores, que durante todo o tempo de desenvolvimento deste trabalho me acompanharam diariamente, dando todo o auxílio e suporte necessário, obrigada Lilian Capelin e Hillevi Maribel Haymussi.

Aos professores do curso de Serviço Social Luciana Marques, Adriane Cruz, Lilian Capelin, Hillevi Maribel Haymussi e Fatima Noely da Silva que, através de seus ensinamentos, permitiram que eu pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

A todos que participaram de alguma forma desta pesquisa, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

Aos meus pais Simara Zeni e Laudemir Domingues, minha Avó Ilce Pigozzo Zeni, minha irmã Isadora Zeni e meu namorado Lucas Dias Antunes que me incentivaram a cada momento e não permitiram que eu desistisse.

Aos meus amigos, pela compreensão e pelo afastamento temporário.

RESUMO

Nessa pesquisa foi evidenciado o perfil dos abusadores sexuais e das vítimas, crianças e adolescentes, atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município de Caçador - SC no ano de 2019. O método de pesquisa utilizado foi documental e bibliográfico. A pesquisa documental utilizou apenas os registros dos departamentos, não tendo nenhum contato com as vítimas e agressores e nem a sua identificação. No primeiro momento, realizou-se a pesquisa bibliográfica situando a violência como expressão da questão social no modo de produção capitalista, bem como o surgimento da profissão de Serviço Social que atua nessas expressões. Também se abordou, no segundo título, conceitos sobre violência, dados estatísticos e as políticas públicas voltadas a essa expressão da questão social. Em seguida, realizou-se a pesquisa documental onde foram utilizados 36 boletins de ocorrência da DPCAMI resultando em 44 casos de violência sexual contra criança e adolescente. Os dados coletados no CREAS foram 37 casos atendidos no ano de 2019. Os resultados apresentados apontam que 92,5% dos abusadores convivem diariamente com as vítimas, dentro de suas casas, sendo familiares, vizinhos ou conhecidos. Quanto ao sexo mais atingido neste tipo de violência é o sexo feminino sendo 38 pessoas do sexo feminino e 6 do sexo masculino, atendidos pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI). No Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foram 29 vítimas do sexo feminino e 8 do sexo masculino. A presente monografia apresenta também relatos das vítimas desnudando a face criminosa e bárbara do ser humano, evidenciando o perfil dos agressores. Com a pesquisa conclui-se que o sistema econômico capitalista vivenciado em nossa sociedade ocasiona as expressões da questão social, sendo uma dessas expressões a violência sexual, entende-se que fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos também contribuem para a geração de violências. Aferiu-se ainda que as políticas públicas, embora existentes, são deficitárias na atuação de prevenção e tratamento da violência sexual.

Palavras-chave: Capitalismo. Questão Social. Serviço Social. Violência sexual. Perfil dos Abusadores e das vítimas.

ABSTRACT

In this research, was evidenced the profiled of sexual abuser and victims: childrens and adolescents that was atended by Specialized Reference Center for Social Assistent (CREAS) and by the Police Departament for the protection of childrens, adolescents, woman and elderly (DPCAMI) in the municipality of Caçador SC in 2019. The research method used was documentary and bibliographic. The documentary research, used only the records of the departaments, having no contact with the victims and agressors, nor their intedification. In the first moment, was accomplished the bibliographic research situating violence as na expression of the social inssue in the capitalism mode of production, as well as the emergence of the Social Service profession that operate in these expression. The second title, talked about violence concepts, statitical date and public polices aimed this expression of the social inssue. Then, a documentary research was carried out, where 36 DPCAMI reports were used, resulting in 44 cases of sexual violence against children and adolescents. The data collected at CREAS were 37 cases attended in 2019. The results presented show that 92.5% of abusers live daily with the victims, inside their homes, they are family, neighbors or acquaintances. As for the sex most affected in this type of violence, it is the female sex, 38 of whom are female and 6 are male, assisted by the Police Department for the Protection of Children, Adolescents, Women and the Elderly (DPCAMI). At the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) there were 29 female victims and 8 male victims. This monograph also presents reports of the victims, exposing the criminal and barbaric face of the human being, showing the profile of the aggressors. With the research it is concluded that the capitalist economic system experienced in our society causes the expressions of the social question, one of these expressions being sexual violence; it is understood that economic, social, cultural and psychological factors also contribute to the generation of violence. It was also verified that public policies, although existing, are deficient in the prevention and treatment of sexual violence.

Keywords: Capitalism. Social inssues. Social work. Sexual Violence and Profile of Abusers and Victims.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos agressores, grau de proximidade da vítima.....	41
Gráfico 2 - Sexo dos abusadores.....	42
Gráfico 3 - Sexo e idade das vítimas femininas	42
Gráfico 4 - Sexo e idade das vítimas masculinas.....	43
Gráfico 5 - Tempo de abuso sexual	43
Gráfico 6 - Sexo e idade das vítimas Masculinas – CREAS	44
Gráfico 7 - Sexo e idade das vítimas Femininas – CREAS.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO - Boletins de Ocorrência

CE - Códigos de Ética

CNAS - Conselho Nacional do Assistente Social

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAI - Delegacia para o Adolescente Infrator

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DERCCA - Delegacia Especializada Em Repressão aos Crimes Contra a Criança e o Adolescente

DPCAMI - Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso

ECA - Estatuto da criança e do adolescente

FUNAM/FEBEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IP - Inquéritos Policiais

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SAUS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	16
1.1.1 Capitalismo, Modo De Produção E Geração Da Questão Social	16
1.1.2 Questão Social, A Mazela Resultante do Modo de Produção Capitalista .	21
1.1.3 Serviço Social: Breve Histórico Da Profissão	22
1.2 CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA	28
1.2.1 Dados Estatísticos Sobre A Violência Contra Crianças E Adolescentes No Brasil - Estado Da Arte	31
1.2.2 Políticas Públicas Brasileiras Voltadas À Proteção De Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência (Desde A Constituição Federal, ECA E As Políticas Específicas, No SUAS, No CREAS)	33
2 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS	37
2.1 TIPO DA PESQUISA	37
2.2 LÓCUS DA PESQUISA	38
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
3.1 O AGIR DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	40
3.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS AGRESSORES DPCAMI	40
3.3 ANÁLISE DOS DADOS DAS VÍTIMAS CREAS	43
3.4 BREVE RELATO SOBRE OS CASOS ATENDIDOS PELA DPCAMI	44
3.5 CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Esse trabalho monográfico refere-se a uma pesquisa bibliográfica e documental que pretende apresentar o perfil dos agressores sexuais e das vítimas (crianças e adolescentes) mapeados a partir da análise de boletins de ocorrência da Delegacia de Polícia e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS de Caçador, Santa Catarina, no ano de 2019. O fato que motivou a realização da presente monografia é a vivência do estágio curricular de Serviço Social efetivado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de Caçador, no qual deparou-se com diversos casos de violências contra crianças e adolescentes apontando para a necessidade de aprofundamento e estudo sobre o problema.

Esse tema é de grande relevância também para o Serviço Social, uma vez que os assistentes sociais se deparam, cotidianamente, com essas expressões da “questão social” e, uma pesquisa desta natureza, auxiliará com dados concretos sobre esta temática para que elementos teóricos possam ser aprofundados, bem como a proposição de melhorias nas políticas públicas voltadas para essa demanda.

Como problema da pesquisa/monografia aponta-se: qual o perfil dos agressores sexuais e das vítimas: crianças e adolescentes atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município de Caçador - SC no ano de 2019?

Como objetivo geral elenca-se: analisar o perfil dos abusadores sexuais e das vítimas, crianças e adolescentes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município de Caçador - SC do ano de 2019.

Os objetivos específicos constituem-se em: Contextualizar a violência como uma expressão da questão social dentro do modo de produção capitalista; Demonstrar a interface dessa expressão da questão social com a profissão de Serviço Social; Conceituar tipos de violência; Apresentar dados estatísticos das violências contra criança e adolescente no Brasil; Descrever as políticas públicas para crianças e adolescentes; Análise de dados e constituição do perfil dos agressores e das vítimas, crianças e adolescentes do município de Caçador.

Para entendermos a violência precisamos inicialmente entender como ela é definida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 1164),

O uso intencional de força física ou poder, ameaçados, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resultem ou tenham grande probabilidade de resultar em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação, embora o grupo reconheça que a inclusão de "uso do poder.

A pesquisa tem como principal foco a violência contra criança e adolescente, o autor Rangel (2001, p. 15) explica que:

A violência contra a criança e/ou adolescente sempre esteve presente na esfera familiar. No entanto, era vista como exercício, pelos pais, de seus direitos sobre os filhos, garantida pelas leis, pelos costumes e até mesmo por princípios religiosos.

No Brasil, quando chegaram às primeiras crianças vindas com os colonizadores, e mesmo antes do seu descobrimento oficial, foi marcada por situações de desamparo. Conforme Silva diz (2013, p. 10):

[...] as embarcações que aqui atracaram traziam crianças que foram vendidas pelas suas famílias para servirem de trabalhadores dentro do navio ou por terem sido prometidos como súditos ou ainda como passageiros na companhia de seus pais. Durante as viagens, as crianças sofriam diferentes maus tratos e abusos uma vez que a tripulação era composta predominantemente por homens, adolescentes e crianças. Assim como havia poucas mulheres que se aventuravam a enfrentar as viagens, as crianças eram obrigadas a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos.

A prática da violência intrafamiliar surgiu no Brasil como em outras partes do mundo, como um instrumento de submissão dos filhos aos pais. Essa violência institucionalizada no lar representava na maioria das vezes o silêncio das vítimas. Porém, uma mudança cultural começou a ocorrer a partir do ano de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. De acordo com Brasil (2001, p. 1):

[...] essa ruptura dos antigos padrões societários representa um importante avanço civilizatório – o dos direitos humanos. A construção de novas relações entre adultos e jovens, baseada em laços afetivos, de proteção e de socialização, implica a denúncia e a responsabilização dos violadores desses direitos.

Seguindo os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como da Constituição Federal de 1988, quando ocorre qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes estes direitos não são cumpridos e sim violados. Atualmente, no Brasil, observa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1999, p. 25).

Para Mello (2003, n.p) “[...] a criança e o adolescente passaram a ser considerados como sujeitos de direitos a serem respeitados pela sociedade e principalmente pelos pais”, o estatuto da criança e adolescente planejou também uma nova área ao direito, o direito da criança e do adolescente, que modificou esse grupo de indivíduos o motivo de estudos e cuidados relacionados com sua proteção integral como sujeitos de direitos (BRAUAN; SANTIAGO, 2019).

A violência é, concomitantemente, a negação dos valores dessas crianças, sendo eles: a liberdade, a igualdade e a vida. As crianças e adolescentes são um alvo por serem mais vulneráveis às violências, sendo mais frágeis fisicamente e psicologicamente. Não há restrição de idade, etnia, classe social ou sexo, contudo, as meninas são as principais vítimas desses agressores, em qualquer período de suas vidas, bem como a vulnerabilidade social pode ser um potencializador da violência. De acordo com Santos e Yakuwa (2015, p. 39):

As violências podem ocasionar diversos problemas emocionais, psicológicos, sociais e cognitivos, com âmbito negativo na saúde das crianças ao decorrer de suas vidas. A violência contra as crianças e adolescentes muitas vezes ocorrem no âmbito familiar, apresentando-se como uma negativa dos direitos da criança.

De acordo com Barros e Freitas (2015, p. 110) algumas crianças que passaram, ou passam, por algum tipo de violência podem não apresentar o quadro de consequências emocionais, comportamentais e psicológicas, “sendo possível encontrar acessos de reconstruções de suas próprias vidas”, não significando, que essas crianças tenham superado seus traumas. Para as autoras, a violência contra crianças e adolescentes é uma “possibilidade de superação num sentido dialético, isto é, representando um novo olhar, uma ressignificação do problema, mas que não o elimina, pois constitui parte da história do sujeito” (BARROS; FREITAS, 2015, p. 110)

Ainda de acordo com Barros e Freitas (2015, p. 110) “uma das violências que mais ocasionam traumas ou algum tipo de dano emocional é a violência sexual, os resultados da violência sexual intrafamiliar, em que, os agressores estão no cotidiano dessas vítimas”.

O Ministério da Saúde (2011/2017) apresenta os resultados dos casos que acontecem no Brasil entre o ano de 2011 e 2017 na residência da vítima, nos casos das crianças é de 69,2% e dos adolescentes de 58,2%. O gênero dos agressores de crianças aponta que o maior número é o sexo masculino com 81,6% e 4% o sexo feminino. Já com os adolescentes, o sexo masculino é 92,4% e 1,5%, o sexo feminino. Normalmente, a família é o “porto seguro”, onde seus familiares a têm como referência para si mesmos e nela procuram ajuda sempre que algo as prejudica ou as ameaçam. Portanto, há diversos casos em que, no núcleo familiar, acontecem situações desagradáveis, que alteram para sempre a vida do indivíduo, deixando marcas em sua vida.

Considerando essa abordagem dos autores vê-se que as violências, nas suas diversas modalidades, comprometem a saúde mental e física das crianças e adolescentes. É essencial também um trabalho com os pais dessas vítimas como forma de prevenção desta questão, tornando-se algo urgente e necessário. Contudo, pode-se dizer que a violência é uma das expressões da questão social. Devido à realidade social vivida por essas crianças e adolescentes, essa violência não atinge somente a vítima e o agressor, mas também a família e a sociedade que elas vivem.

Uma pesquisa similar a dessa monografia aconteceu no município brasileiro de Feira de Santana, na Bahia. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Grimaldi et al. (2018), que teve como objetivo analisar o perfil de agressores de crianças e adolescentes, os agressores, vítimas e vínculos, foram analisados no período de uma década (2007-2016), a partir de registros das Delegacias de Polícia Civil Especializadas (DEAM, DAI e DERCCA) da cidade. Com base em dados dos casos de violência contra crianças e adolescentes registrados nos Boletins de Ocorrência (BO) e relatórios dos Inquéritos Policiais (IP) das Delegacias de Polícias Civas Especializadas e Delegacia de Repressão ao Crime de Crianças e Adolescentes de Feira de Santana - BA, Brasil, no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2016, foram registrados 900 casos de violência contra crianças e adolescentes. O perfil do agressor mostrou maioria do sexo masculino (98,2%), cerca de 50% adultos (25 a 49 anos), cerca de 30% adolescentes e adultos jovens,

62,5% solteiros, com baixa escolaridade (68%) e 72,3% não apresentaram antecedentes de violência. Os membros da família da vítima representaram 36,1%, vizinhos e pessoas da comunidade 28,0% e amigos/namorados, 20,2%.

Outra pesquisa em um município catarinense realizada por Padilha (2018) na Delegacia de Polícia de Otacílio Costa e da Vara Única da Comarca, obtiveram-se alguns dados relacionados à violência intrafamiliar contra a criança e adolescente na comarca de Otacílio Costa – SC, parte dos atos foram cometidos por padrastos das vítimas, que totalizou 35% dos casos, ou seja, alguém muito próximo.

No contexto da profissão de Serviço Social a violência contra crianças e adolescentes é uma expressão da questão social onde esse profissional atua, especialmente, na média e alta complexidade da Política de Assistência Social, bem como na Política de Saúde. Entende-se que a questão social é gestada no modo de produção capitalista.

Esse Trabalho Monográfico apresenta no seu primeiro título o modo de produção capitalista com seus reflexos nas crianças e adolescentes, conceitua também o resultante do modo de produção capitalista, a questão social. Aborda a profissão de Serviço Social como a profissão que tem por objeto de intervenção a questão social. No segundo título, conceituam-se violências, especialmente a sexual, tema central da pesquisa documental, apresenta dados estatísticos e políticas públicas direcionadas a criança e ao adolescente, por fim, apresentam-se os dados da pesquisa, as conclusões e considerações finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

1.1.1 Capitalismo, Modo De Produção E Geração Da Questão Social

Para a compreensão da materialização da violência contra crianças e adolescentes na sociedade necessita-se conhecimento sobre o modo de produção vigente, o capitalismo. Os teóricos do Serviço Social afirmam que as mazelas sociais têm sua origem a partir do modo de produção capitalista. Capitalismo é um sistema econômico fundamentado na propriedade privada dos recursos da produção e tem como fundamental objetivo o lucro e acúmulo de riquezas (mais valia), bem como a caracterização pela divisão da sociedade em duas classes sociais: burguesia e proletariado.

De acordo com Santos (2008, p. 10) entende-se por lucro operacional de uma empresa quando o custo total (fixo e marginal) “estiver coberto pelas receitas de vendas. Isto é, quando a receita total começar superar o custo total.”

Para Crepaldi (2009, p. 326) afirma que:

A margem de lucro é a diferença entre o preço de venda e o custo por unidade. Ela traduz o quanto a empresa gera de receita adicional aos custos para fazer face às suas necessidades de distribuição de resultados, cobrir despesas e se capitalizar. A partir do custo da unidade vendida, é aplicada a margem desejada.

Marx (1980, p. 394) cita que “o resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso) nem mercadoria, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, é criação de mais valia para o capita [...]”.

As características do capitalismo informadas por Marx (2013) apresentam duas classes sociais, burguesia e proletariado. Entende-se por burguesia como a classe social que detém os meios de produção e como proletariado os que possuem apenas a força de trabalho (MARX, 2013 apud LEAL, 2019).

As burguesias dependentes detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais. Possuem o controle da maquinaria do Estado nacional e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa (FERNANDES, 1975 p. 344).

O trabalhador é um proletário porque ele trabalha para sobreviver e ganhar um salário, denomina-se proletário pois não tem nada além da prole.

O mendigo é um proletário, que não quer ou não pode trabalhar e mendiga para viver. O ladrão é um proletário que não quer trabalhar ou mendigar, e, para ganhar a vida, rouba. A prostituta é uma proletária que não quer trabalhar, nem mendigar, nem roubar e, para viver, vende seu corpo (CASSAGNAC, 1838, p. 30).

Este sistema econômico é predominante na maioria dos países. Para que se entenda o capitalismo precisa-se conhecer a transição do feudalismo para o capitalismo, essa travessia resulta na acumulação de capital. A acumulação é chamada de primitiva ou prévia, ela é considerada como gênese do capitalismo. Para Marx (2003) é chamada de “primitiva” porque é anterior à acumulação capitalista, uma acumulação que não acontece do modo de produção capitalista, mesmo assim foi um dos pontos iniciais e segundo a Marx, é primitiva, “porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 2003, p. 828).

O capitalismo teve origem na Europa com a crise no sistema feudal no fim da Idade Média. Com o passar do tempo o comércio foi expandindo surgindo as cidades e a burguesia. Pode-se ver que nasceu a oposição entre as terras, que foi a dissemelhança entre feudalismo e capitalismo ou mesmo uma separação, não apenas geográfica, mas cultural, social e econômica, entre o campo e a cidade. (MORISSAWA, 2001 apud BRITO; PIRIPOLLI, 2017). Com outras palavras, “a burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço” (SOUSA, 2020, p. 42).

Para Marx (2003, p. 828):

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção, e converte em assalariados os produtores diretos.

A transição do feudalismo para o capitalismo não foi de uma forma pacífica, ao contrário. Ao serem privados, sem trabalho, muitos foram obrigados a mendigar, a vagar pelas estradas. O Estado, representado por suas “autoridades”, essas autoridades passaram a tratá-los com violência. Nas palavras de Marx (2003, p. 831), “a massa de proletários, de indivíduos sem direito, que por toda parte enchiam

inutilmente os solares”. Para Marx (2003, n.p) é refutada a lenda, criada pela historiografia burguesa, do “processo idílico” que estaria à origem do modo de produção burguês, e demonstra-se que o “o capital vem ao mundo a escorrer sangue e imundície por todos os poros da cabeça aos pés”.

Depois do feudalismo iniciou-se o capitalismo comercial, ou seja, centrado no comércio, houve o desenvolvimento do comércio, especialmente, nas cidades. Essa primeira fase denominada comercial, ou também conhecida como mercantilista, começou no século XV até o século XVIII, foi a etapa conhecida pelas grandes navegações, o Estado absoluto sobre a população, é um momento conhecido também devido aos europeus descobrirem novas terras, foi a fase do Pacto colonial e do acúmulo de riquezas em que a colônia só podia fazer negócios com sua metrópole (BORGES; DELL’AGLIO, 2008).

A segunda fase do capitalismo é do período do meio do século XVIII ao meio do século XIX, foi a fase da primeira revolução industrial, com a invenção das primeiras máquinas a vapor. De acordo com Oliveira (2004, p. 85) nesse período também teve a “revolução na agricultura adubação, novos tipos de plantação em oposição ao sistema rotativo de cultivo, utilizado desde a Idade Média, em que se interrompia a cultura em uma parte da terra durante algum tempo para a recuperação do solo, formação da força de trabalho.” De acordo com Marx e Engels (1998, p. 103) “esse progresso do capitalismo significou o movimento caracterizado pela aceleração da História. Nessa continuação, o capitalismo possui uma natureza revolucionária ao transformar suas relações existentes e o meio social”. De acordo com Lima e Oliveira Neto (2017, p. 109):

O ponto fundamental de tal Revolução se encontra nas mudanças tecnológicas. Os avanços materiais ocorreram em três esferas: 1) na substituição das habilidades humanas por máquinas; 2) no domínio da energia de fonte inanimada perante a força humana e animal; 3) na melhora acentuada dos métodos de extração e transformação das matérias-primas. Além dessas mudanças dos equipamentos e processos, apareceram novas formas de organização industrial. As unidades produtoras aumentaram o tamanho, onde a fábrica tornou-se mais do que um local de trabalho com maiores proporções, vindo a tornar-se numa estrutura de produção com definição clara de responsabilidades e funções dos atores envolvidos no sistema de produção.

A revolução industrial trouxe uma das principais características do capitalismo. De acordo com Oliveira (2004, p. 86) “trouxe a intensidade da exploração da mão-de-obra, o tempo começou a ser controlado por industriais e não mais pelos artesãos.” Nessa época foi o tempo da divisão de classes conhecida

como burguesia e proletariado. Conforme essa reflexão do autor pode ver o proletário já não tem mais controle de sua mão de obra, quem começa a controlar a produção é a burguesia.

Thompson (1987, p. 170) refletiu sobre os operários da década de 1830 afirmando que: “[...] a força de trabalho adulto nas indústrias têxteis do Reino Unido atingia 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859, eram homens”. Conforme Hobsbawm (2000) pode-se ver que em 1838, do total de operários empregados nas fábricas de tecidos na Inglaterra 23% eram homens e 77% eram mulheres e crianças. Observa-se que mulheres e crianças tinham o maior número dentro das empresas, mas isso devido a sua mão de obra ser mais barata que a dos homens.

A terceira fase do capitalismo é conhecida como financeira e monopolista, marcada pela segunda revolução industrial no fim do século XIX e início do século XX. Ela buscou o maior número de lucros em relação aos investimentos realizados, trouxe ao máximo o aprofundamento do trabalho, aumentou-se a produção, transformando-se a produzir artigos em série, o que deixava o custo mais barato por unidade produzida. Surgiram a produção por esteiras que facilitavam a montagem e forma de agir dos operários (SILVA; GASPARIN, 2005).

A quarta fase do capitalismo ocorreu com o capitalismo informacional, ou tecnológico, foi o novo mundo do trabalho, ele não é mais o trabalho que se era direcionado ao capital, mas sim o capital que emancipa as limitações de espaço e tempo e, vigorosamente apoiado por tecnologia de informação, estabelece redes, estabelece diferentes formas de estrutura de produção e dissolve suas atividades onde bem quer (IZERROUGENE; URPIA; ALMEIDA; 2010).

Este modelo econômico, adotado na maioria dos países, ocasiona profundas desigualdades sociais e as mais diversas expressões da questão social, entre elas, a violência.

No Brasil, o capitalismo começou mesclado com o modo escravista desde a colonização no século XVI. O sistema colonial estava centrado no capitalismo da Europa. De acordo com Arruda (2002, p. 44), no decorrer da colonização, foi fundada em uma economia assentada na produção agrícola, direcionada ao mercado externo, com a utilização da mão-de-obra, feita pelo tráfico de pessoas escravas e colocada sobre a expropriação/apropriação das terras dos povos

indígenas. Tudo isso só se fez presente no campo devido à introdução da industrialização na economia brasileira (BRITO; PERIPOLLI, 2017).

Conforme Brito e Peripolli (2017, p. 45) “com o processo de industrialização no Brasil, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial em 1945, o que aconteceu foi uma aceleração do processo, o capitalismo foi se firmando no campo, mas sua origem está ligada à colonização”.

Conclui-se, concordando com Montañó (2007), que no capitalismo a questão social constrói-se na relação capital-trabalho, ou seja, da exploração da classe burguesa sobre os proletários. Essa relação provoca profunda desigualdade social e um grande distanciamento entre as classes sociais. Essa contradição, entre capital e trabalho, dá origem a questão social.

Uma das expressões da questão social é a violência sexual contra crianças e adolescentes. As crianças e mulheres na visão da sociedade vivem até hoje consideradas como pessoas frágeis e indefesas. De acordo com (BASS; THORNTON, 1985 apud BARROS; SANTOS, 2017, p.3),

Anteriormente, através da Lei Talmúdica (Lei Judaica feita entre o século I e III depois de Cristo) as crianças eram tratadas como mercadorias, podendo ser vendidas a partir dos três anos de idade. Esse fato nos remete que o abuso sexual em crianças e adolescentes já teve seus primeiros sinais no início da história, estes relatam que na Lei Talmúdica o ato sexual podia ser de maneira livre e sem nenhuma restrição. Os abusos sexuais envolvendo crianças e adolescentes iniciou-se a partir das relações de desigualdades de poder, no que tange a influência em diversos aspectos quanto ao gênero, as classes sociais e diferenças de idade, vista na perspectiva histórica e cultural, que vem influenciando as diversas manifestações de casos de abusos sexuais.

Assim, o abuso sexual é estimulado pelas vulnerabilidades que envolvem a vítima, uma criança ou adolescente, que se encontra em algum nível de vulnerabilidade social e tem mais chances de ser abusada sexualmente do que aquelas que não estão sob nenhum risco social (LEAL, 2012). “Isso não significa que não estar sob algum risco social elimina as chances do abuso sexual, mas sim, significa que a criança ou adolescente têm mais chances de não ser abusado sexualmente” (ALMEIDA, 2016, p. 45).

A seguir clarifica-se a questão social.

1.1.2 Questão Social, A Mazela Resultante do Modo de Produção Capitalista

A questão social surge devido a exploração da mão de obra no capitalismo, historicamente, tem a haver com as necessidades da classe operária. Devido ao sistema econômico capitalista ser um sistema totalmente explorador, desigual e acumulador de riqueza, ele desencadeia diversas expressões da questão social, como violência, pobreza, desigualdade e outras diversas expressões dessa questão. O profissional Assistente Social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, ele trabalha na garantia de direitos da classe trabalhadora ou proletária (IAMAMOTO, 2001).

Desta forma, estaria a Questão Social intimamente relacionada ao capitalismo:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformidade e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2010, p. 160).

A questão social teve sua gênese na produção e na apropriação privada do trabalho. De acordo com Marx (2013, p. 32) “trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora”. De acordo com lamamoto (2018, p. 32):

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania.

Para lamamoto (2018, p. 34) “uma das possíveis raízes da “questão social” na atualidade são as políticas governamentais favorecedoras do globo financeiro, capital produtivo das instituições, mercados financeiros e empresas multinacionais”.

Desta forma, para problematizar a questão social, no padrão do grande capital financeiro, lamamoto (2001), bem como Netto (2009), erguem uma sequência

de fundamentos que nos deixa raciocinar sobre as manifestações históricas que têm caracterizado a questão social na atualidade.

Conseqüentemente, não é difícil perceber que o capitalismo exige um trabalho forçado e desigual, desta forma ele desencadeia diversos problemas, como desigualdade social, cultural e econômica, trazendo fome, pobreza, desemprego, violência. Todas essas conseqüências são expressões da questão social. O Serviço Social sendo um trabalho, e como tal de natureza não liberal, tem na questão social a base de sustentação da sua profissionalização e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entidades de cunho filantrópico (GUERRA, 2000, p.18).

A expressão da questão social a ser analisada nessa monografia é o abuso sexual de crianças e adolescentes. Nesse aspecto da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, é uma expressão da questão social bastante latente desde os primórdios da colonização, segundo Ferrari e Vecina (2002, p. 48):

No Brasil desde os primeiros momentos de colonização, na então colônia de Santa Cruz, observa-se a tentativa de adestramento físico e mental a que foram submetidas as crianças indígenas pelos jesuítas. Nas minas setecentistas, destacam-se aspectos da sexualidade infantil, como a pederastia.

Portanto, embora nas raízes fundantes do nosso país, pode-se observar as relações de abusos contra crianças e adolescentes, mas o que concluir mais de 500 anos depois num tempo dito civilizado onde perduram as situações de abuso?

A questão social em suas diversas expressões é o objeto da profissão de Serviço Social, a seguir será explanado um pouco sobre o Serviço Social.

1.1.3 Serviço Social: Breve Histórico Da Profissão

A questão social tem suas diversas expressões que são o objeto da profissão de Serviço Social. “O Serviço social é uma profissão de caráter interventivo, que se baseia em instrumentos e métodos multidisciplinares das ciências sociais para analisar e propor adequações nas diversas expressões da questão social das comunidades” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982 p. 6). Segundo Montañó (2007, p. 2) a construção do Serviço Social é originada das “relações sociais contraditórias iniciadas com o processo de expansão do desenvolvimento industrial e de crescimento urbano”.

Para Bastos et al. (2019, p. 3) “o que sinalizou a profissão foi à sociedade capitalista que a partir da luta de classes e de um contexto dinamizado contraditoriamente que colocou em pauta duas classes: a burguesa e a proletária”. Assim, o “Serviço Social enquanto profissão surge interligada à resposta dada pelo Estado às expressões da questão social”.

As mudanças postas à sociedade com a transformação do trabalho via capital fomentam grandes consequências para as classes populares, colocando em debate a questão social. No Brasil, na década de 1930, a Igreja Católica vinha perdendo seu espaço político, após a Proclamação da República e a separação de Estado-Igreja, e percebeu nesse cenário a abertura para se legitimar e se reaproximar junto ao Estado, através da Ação Católica. Trata-se de um processo de recristianização da sociedade e de livrar o proletariado das influências socialistas que rondavam esse período e, assim, se aproximar do governo, colocando em evidência os primeiros tratos com a questão social. Esse cenário da estrutura para o Serviço Social se evoluir surgiu da iniciativa de “[...] grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja. [...] Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para o aprofundamento sobre os problemas sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 19).

As transformações no Serviço Social foram agudizadas a partir de sua saída dos campos isolados e confessionais e se inserindo nesse contexto público que defendia a laicização, a partir de uma postura assumida por alguns profissionais que se comprometeram com as classes subalternas e se colocaram a seu serviço (AGUIAR, 2011, p. 94).

O Serviço Social brasileiro, desde seu início, em 1936 até a década de 1960, teve a característica de ser uma profissão de cunho tradicional e conservador devido às concepções que lhe serviram de suporte neste período utilizando a doutrina social da Igreja Católica e o neotomismo, entre 1936 e 1940, a teoria positivista e a psicologia no período entre 1940 e 1960. Essa propositura de um Serviço Social positivista com bases científicas fundadas na psicologia é de Mary Ellen Richmond e influenciou o desenvolvimento das escolas de serviço social no Brasil e no Mundo, suas ideias consistiam em formar um ótimo diagnóstico social, suas obras mais famosas são O diagnóstico social (1917) e O que é Serviço Social de casos (1922). Richmond desenvolveu o estudo de caso, a metodologia de trabalho era caso, grupo e comunidade (COSTA, 2017).

De acordo com (RICHMOND, 1915 apud VIEIRA, 1988, p. 44) “o Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente”.

Cabe ao trabalho com indivíduos “fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas (HAMILTON, 1958 apud ANDRADE, 2008, p. 280).

O trabalho desenvolvido nesta época com os usuários denominava-os com o termo cliente. Para (HAMILTON, 1958 apud ANDRADE, 2008, p. 280). é:

[...] fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas

No desenvolvimento do serviço social de grupo ela desenvolveu as visitas domiciliares, as entrevistas e outros instrumentais utilizados até os dias atuais, esses instrumentais ajudaram a fornecer as orientações necessárias aos usuários. Segundo (HARTFORD, 1983, p. 23-24).

Através dos anos, quando o ensino de serviço social mudou de um tipo de aprendizado de treinamento para um ensino mais teórico e conceitual, as consequências de aulas e experiência prática foram desenvolvidas pelos assistentes sociais para aprenderem a trabalhar com pessoas em grupo tanto no serviço social como na organização de comunidade (HARTFORD, 1983, p. 23-24).

Tanto no Serviço Social de grupo quanto no de comunidade, as estratégias mobilizadas foram variadas, incluindo visitas domiciliares, reuniões, palestras, realização de inquéritos e estudos, aconselhamentos às famílias, ao sujeito, respondendo de forma pontual a demanda de ordem material, moral e/ou social. Nesse cenário, a atuação do assistente social foi direcionada para a conciliação de classes e para prevenção de conflitos sociais no sentido de garantir a ordem e contribuir para o desenvolvimento econômico. Para tanto, recorre aos aportes teóricos para explicar a realidade social, a ética vinculada à moral conservadora do neotomismo e o positivismo como a perspectiva analítica, então hegemônica nas Ciências Sociais (ANDRADE, 2008).

Mary Ellen Richmond utilizava a teoria positivista, essa teoria tem origem francesa, seus principais influenciadores foram Augusto Conte e Steat Sill, ela é

uma ciência de conhecimento único, ela visa uma sociedade ideal onde cada indivíduo tem a sua função (BARROCO, 2001).

Após esse avanço no Serviço Social ocorre o Movimento de Reconceituação da América Latina, esse movimento ocorreu em 1965, que de acordo com Iamamoto (2009, p. 5) foi “caracterizado como a organização de grupos de assistentes sociais preocupadas em dar um novo direcionamento ao Serviço Social da América Latina, voltado para a realidade de cada país, ocupando esse lugar.” A autora também afirma que “o Serviço Social latino-americano buscava afirmar o compromisso com as lutas dos oprimidos, pela transformação social e de criar um caráter científico para as atividades profissionais” (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

De acordo com Netto (2011, p. 152) o processo de renovação no serviço social brasileiro após 1960 vai percorrer três direções ou vertentes: “o primeiro cobre a segunda metade dos anos sessenta, o segundo é constatável um decênio depois e o terceiro se localizar na abertura dos anos oitenta”.

Entende-se que nessa mudança do movimento de reconceituação teve início na história da ditadura militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, que teve uma relação com o desenvolvimento do capitalismo ou mesmo para reter uma expansão do comunismo na América Latina (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, p. 2).

O movimento de reconceituação tem três principais vertentes, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo com o estudo da fenomenologia e a intenção de ruptura, com a teoria marxista, o método de BH e a teoria de Iamamoto. A marca principal da primeira vertente é a adequação ideológica do Serviço Social ao desenvolvimentismo, com núcleo central a tematização do Serviço Social como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 2009, p. 154) e por isso é marcada pelas perspectivas funcionalista e da matriz positivista.

A segunda perspectiva recupera elementos da herança histórica e conservadora do Serviço Social, mas com uma roupagem que se denomina nova, sobre um cariz fenomenológico, o núcleo desta vertente está na subjetividade e aspectos psicologizantes dos indivíduos, envolvendo a concepção de pessoa humana, diálogo e transformação dos sujeitos. A terceira vertente tem como ponto central a crítica ao tradicionalismo da profissão e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos (NETTO, 2011, p. 159).

Com a intenção de ruptura a proposta era de um serviço social crítico e não mais aliado aos interesses da burguesia e do Estado, aliado sim aos interesses da classe trabalhadora (NETTO, 2005). Ainda, concordando com Netto (2005, p. 131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...], procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O Serviço Social teve inúmeras conquistas a partir da ruptura com o Serviço Social conservador e uma delas é seu projeto ético-político, que é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. De acordo com Netto (1999, p. 104-105):

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

Segundo Yamamoto (1992) não há nenhuma dúvida que o projeto ético/político do Serviço Social brasileiro está ligado a um projeto de modificação da sociedade. Essa ligação se dá pela exigência da dimensão política de intervenção profissional.

Sua essência é o reconhecimento da liberdade, como princípio ético fundamental: a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre caminhos concretos; um compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais. Assim sendo o projeto profissional vinculado a um projeto societário que apresenta a modificação de uma nova ordem social sem dominação de classes, gênero etnia, etc (NETTO, 1999, p.104).

Podemos dizer que o projeto ético/político está articulado em si mesmo com os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999, p. 98).

A profissão de Serviço Social possui três dimensões que a constituem: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

A dimensão ético política da profissão de Serviço Social define-se o papel social da profissão, essa dimensão dentro do Serviço Social serve para nortear o

agir profissional, a dimensão política age na equidade, justiça social, universalização e consolidação da cidadania, um projeto totalmente democrático (NETTO, 2009).

A dimensão teórico metodológica, segundo Francisco (2018, p. 2) “permite ao profissional munir-se de teorias para fazer uma análise da sociabilidade do capital, bem como fornece a compreensão do significado social da ação.”

A dimensão técnico-operativa conforme Francisco (2018, p. 3) “implica a operacionalização da ação, envolvendo os valores, o planejamento, os princípios, as finalidades, a habilidade no manuseio dos instrumentos e técnicas, as condições objetivas, táticas, estratégias e a análise do produto real.”

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva, investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; SOUZA-FILHO; BACKX, 2013, p. 24).

O Serviço Social possui um Código de ética, o código de ética do Assistente Social norteia a ação do profissional, como o Assistente Social deve agir, saber seus direitos e deveres como profissional, ele deve saber o código de ética, os códigos de ética do serviço social brasileiro foram em um total de 5 (cinco). De acordo com SILVA (2015, p. 2).

Dessa maneira, os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem.

Na introdução do Código de Ética de 1986 está pontuado:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através das suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CFESS, 2016, p. 1)

Porém, uma crítica ao Código de Ética de 1986 se refere a este:

Expressar uma concepção ética mecanicista, ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as

mediações, particularidades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar (BARROCO, 2001, p. 176-177).

Por fim, no Código de Ética Profissional (CFESS, 1992), são concebidos os valores e princípios fundamentais: a liberdade, valor ético central, as demandas políticas a ela sendo – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa rigorosa dos direitos humanos e a rejeição do juízo e da ditadura; a proteção e a especialização da democracia, a disposição em ajuda da equidade e da justiça social (CFESS, 1992).

O código de ética do Assistente Social tem como destaque a liberdade, porque a liberdade é possibilidade de escolha como diz Barroco e Terra (2012, p. 56).

É por isso que uma categoria social como a liberdade, que concretamente corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas, à existência de condições sociais para a vivência e a ampliação das capacidades, a liberação dos impedimentos à manifestação das forças humanas, etc, passa a ser valorizada, a ser representada como valor ético e político por meio da práxis humana. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 56).

A profissão de Serviço Social atua, como já citado, nas expressões da questão social advindas do modo de produção capitalista. A expressão da questão social que embasa essa pesquisa monográfica é a violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tal, no título seguinte abordaremos essa expressão.

1.2 CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA

Quando falamos de violência a primeira coisa que vem na cabeça é o sentido da agressão, principalmente, quando tem o envolvimento de alguma morte. Mas a violência não é somente quando ocorre alguma agressão física ou morte, é também qualquer ato que viole o direito da pessoa. Ainda, na sociedade brasileira e mundial a violência é vista como uma agressão elas veem como uma forma de ensinamento. Schinkel (2010) nos traz uma comparação de dois pensamentos de violência:

A violência corta com a ordem social ou a violência é característica da ordem social? A violência é um problema social ou a violência é uma solução para os problemas sociais? A violência é uma forma destrutiva da sociedade ou a violência é uma forma positiva de sociedade que faz as pessoas se abraçar? Violência é uma forma de lidar com a contingência ou a violência é uma forma importante e fonte de contingência? Violência rompe com as normas ou a violência reforça as normas? Violência é uma situação aparente ou a violência é um processo invisível? A violência do

Estado é reativa em relação à violência ilegítima ou a violência do Estado é ativa em distinguir violência legítima e ilegítima? Violência é um processo social significativo, cujo sentido é posto em um referente externo ou a violência é um processo social caracterizado, exclusivamente, pelo autor referência? A violência repele ou a violência atrai? A violência é um meio para um fim ou é um fim em si mesmo? (SCHINKEL, 2010, p. 15).

Podemos dizer que, indiferente da forma que se conceitua violência ela sempre será violência, independentemente se é vista como educação, precisamos entender que violência não é forma de aprendizagem, violência é uma agressão indiferente de que forma seja. A maior parte da violência contra crianças e adolescentes ocorre em ambientes domésticos. Segundo Guerra (2011, p.32):

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade psicológica, liberdade ou física e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida fora ou dentro de casa, por qualquer membro da família que tenha alguma relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão executando o papel de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.

Explica Padilha (2018, p. 11) que a “violência doméstica ocorre em grupos familiares, podendo incluir pai, mãe, irmãos, padrastos, madrastas, avós, e outras pessoas ligadas por laço de sangue ou não, bastando o convívio ser formalizado.” Rangel (2001, p.15) complementa o pensamento de Padilha (2018):

A violência contra a criança e/ou adolescente sempre esteve presente na esfera familiar. No entanto, era vista como exercício, pelos pais, de seus direitos sobre os filhos, garantida pelas leis, pelos costumes e até mesmo por princípios religiosos.

Outra violência cometida contra crianças e adolescentes é violência psicológica que é uma violência feita através de palavras, gestos, rejeições, humilhações, ameaças, discriminação e tudo que envolva o emocional da criança, através disso Morales e Schramm (2002, p. 5):

Visualizaram alguns efeitos da violência psicológica, sendo a: incapacidade de aprender, de construir, de manter relações interpessoais, comportamento e sentimentos inapropriados às circunstâncias normais, humor infeliz e tendência a desenvolver sintomas psicossomáticos.

No caso de violência sexual é qualquer prática sexual ou tentativa de aquisição de uma prática sexual, tentativas ou comentários sexuais indesejados, estas violências muitas vezes ocasionam traumas e consequência indesejáveis as vítimas de acordo com (BORGES; DELL’AGLIO, 2008 p. 5) “doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, abortos,” (VAGOSTELLO, 2002 p. 5) “dores

abdominais, interrupção da menstruação, rituais de higiene” (MALGARIM; BENETTI, 2010, p. 5) “sono, dificuldades escolares, hiperatividade, comportamentos hipersexualizados, comportamentos regressivos, pensamentos invasivos, furtos, bulimia, depressão, suicídio, pesadelos” (PELISOLI; PICCOLOTO, 2010, p. 5), “dificuldades de concentração, pensamentos intrusivos” (MAIA; BARRETO, 2012, p. 5), “transtorno sexual, envolvimento com prostituição prazer, nojo, culpa e desamparo.”

A violência contra crianças e adolescentes sempre esteve presente na história humana, é um desafio para a sociedade a superação de toda e qualquer forma de violência, cada época e cultura compreenderam de formas diferentes o conceito de criança, em alguns períodos históricos nem mesmo existia a ideia conceitual. Elas eram vistas como pequenos homens e mulheres com limitações. A infância só passou a ser percebida em algumas partes do mundo como um momento especial por volta do fim do século XIX e início do século XX (ARIÈS, 2014).

É possível verificar que houve avanços desde então. O Brasil possui um passado de não direitos e violência contra a infância, somado às desigualdades sociais. O abandono e a indiferença para com a infância faziam parte do cotidiano. As casas de acolhimento, nos séculos XIX e XX, mesmo que desempenhando um papel de proteção, eram um risco frente à imensa demanda e obrigavam as crianças a seguirem uma vida religiosa. No que se refere ao trabalho, não existia lei regulamentada de proteção ao trabalho infantil, que era usado de forma extensa e abundante nas indústrias e o salário era extremamente baixo. Gradualmente esse cenário foi se alterando (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

A partir de 1990, no Brasil sob a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, compreende-se por criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente a pessoa com até 18 anos incompletos. Gozando de direitos fundamentais da pessoa humana e é dever de toda a sociedade guardá-los e protegê-los garantindo a estas todos os direitos referentes à vida, seguido de direitos especiais prioritários e de proteção contra qualquer forma de negligência (BRASIL, 1990). Porém, a definição cultural e social de infância se altera constantemente, foi alterada nos períodos históricos passados e possivelmente será alterada nos que ainda estão por vir. Pois não é um fenômeno imutável, transforma-se a cada diferente estágio do próprio desenvolvimento histórico da humanidade (ALMEIDA, 2016).

Na sociedade medieval, as crianças deviam crescer rapidamente para logo serem colocadas no mundo adulto. As crianças eram colocadas em famílias estranhas para aprenderem os serviços domésticos, os quais eram difíceis para elas, pois deveriam adaptar-se rapidamente aquele universo. Assim, não existia o sentimento de infância, como há atualmente, pois a criança era vista como um adulto em miniatura. Comparando os diferentes momentos históricos, para se compreender a mudança no paradigma sobre crianças, se antes não havia sentimento de infância no século XX, instituiu-se a proteção dos direitos à infância na Assembleia Geral da ONU (1959), proclamando a Declaração dos Direitos da Criança, no qual, todo humano com idade inferior a dezoito anos é definido criança, a Constituição Brasileira irá se adaptar somente no ano de 1988 prevendo os preceitos da ONU (ARIÈS, 2014).

No subtítulo a seguir abordam-se pesquisas já realizadas no sentido de analisar a questão de violência contra criança e adolescente, esses dados podem confirmar ou trazer subsídios para a pesquisa realizada por meio dessa monografia em Caçador.

1.2.1 Dados Estatísticos Sobre A Violência Contra Crianças E Adolescentes No Brasil - Estado Da Arte

De acordo com a pesquisa de 2008 na cidade de Araçatuba- SP realizada na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Para Garbin et al. (2011, p. 3):

1.281 Boletins de Ocorrência e 242 Termos Circunstanciados, dos quais 311 correspondiam a ocorrências contra crianças e adolescentes. Em relação ao tipo de ocorrência, 37,7% dos casos correspondia à categoria "Outro". Esta categoria inclui: abandono de incapaz, corrupção de menores, tortura e lesão corporal culposa (quando não há intenção de lesionar a vítima), porém nenhum desses resultados isolados foi maior que a prevalência de Lesão Corporal, correspondendo a 22,6% das ocorrências.

Em relação aos agressores Garbin et al. (2011, p. 3):

Houve predominância do sexo masculino (49,52%); em relação à cor da pele, a prevalência foi a branca (39,87%). Analisando a idade, foi possível verificar que a maioria dos agressores pertence à faixa etária de 21 a 30 anos. Quanto ao parentesco com a vítima, em 11,90% dos casos tratava-se da própria mãe e em segundo lugar o pai, com 10,61%. Em 49,6% dos casos o motivo que ocasionou a violência não foi relatado, e em 35,9% dos casos houve discussão ou desentendimento entre os envolvidos.

Em relação à violência contra o sexo feminino Garbin et al. (2011, p. 4):

Em 67,84% dos casos de violência registrados, as vítimas são do sexo feminino e a maioria (64,95%) apresenta pele branca, sendo a faixa etária

de maior prevalência dos 11 aos 15 anos (41,48%). A maior parte das vítimas estava presente no momento do registro da ocorrência, acompanhadas pela mãe no Plantão Policial (45,98%); em 23 casos (7,39%) houve procura pelo serviço de saúde.

A pesquisa abaixo é a realidade vivenciada por crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar na Cidade Otacílio Costa - SC da Delegacia de Polícia de Otacílio Costa e, também, da Vara Única da Comarca de Otacílio Costa/SC. De acordo com Padilha (2018 p. 29) “na Comarca de Otacílio Costa, os dados coletados junto a Delegacia de Polícia, por meio de relatórios foi de 1053 boletins de ocorrência dos últimos 5 anos”.

Padilha (2018, p. 30) aponta que:

Abandono de Incapaz, 04 Ameaça contra Criança e Adolescente 60 Ameaça contra Homem 231 Ameaça contra Mulher 204 Ameaça em Violência Doméstica 126 Aliciar criança para fins Pornográficos 08 Estupro de Adolescente 10 Estupro de Vulnerável 18 Estupro de Mulher 05 Homicídio Doloso 15 Lesão Corporal Culposa contra menor 10 Lesão Corporal Culposa contra Homem 06 Lesão Corporal Culposa contra Mulher 07 Lesão Corporal Dolosa contra adolescente 16 Lesão Corporal Dolosa contra criança 15 Lesão Corporal Dolosa contra menor 55 Lesão Corporal Dolosa contra Homem 77 Lesão Corporal Dolosa contra Mulher 90 Lesão Corporal Dolosa contra Mulher (violência doméstica) 78 Maus tratos contra Criança 20 Maus tratos contra Adolescente 08 Vias de Fato 80 TOTAL 1053.

Em relação às denúncias de violência Padilha (2018, p. 31):

Abandono de Incapaz, 04. Ameaça contra Criança e Adolescente, 60. Aliciar criança para fins Pornográficos, 08 Estupro de Adolescente, 10. Estupro de Vulnerável, 18. Lesão Corporal Culposa contra menor, 10. Lesão Corporal Dolosa contra adolescente, 16. Lesão Corporal Dolosa contra criança, 15. Lesão Corporal Dolosa contra menor, 55. Maus tratos contra adolescente, 08. Maus tratos contra criança, 20. TOTAL 224.

Em relação ao parentesco com a vítima observa-se que a maior parte dos atos são cometidos pelos padrastos, representando 35% dos casos conforme a seguir Padilha (2018, p. 34): “Pai 11 Mãe 08 Irmão 05 Avô 03 Tio 03 Mãe Adotiva 02 Madrasta 06 Padrasto 22 Cunhado 05 Primo 01 total 66”

Quanto à faixa etária, a maior incidência de vítimas encontra-se entre os 10 a menos de 15 anos. Padilha (2018, p. 35): “até 1 ano 06 de 1 a menos de 5 anos 07 de 5 a menos de 10 anos 16 de 10 a menos de 15 anos 23 de 15 a 17 anos 14 não declarado - total 66”.

De acordo com pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Londrina. PR, Brasil, com profissionais da saúde como Agentes Comunitários de Saúde, técnicos, auxiliares de enfermagem e enfermeiros, eles foram os que mais

atenderam casos de violência contra criança e adolescentes. De acordo com Maia et al. (2016 p. 4), sendo o tipo da violência: “negligência e abandono (43,3%), abuso psicológico (22,8%), abuso físico (20%) e abuso sexual (16,1%), geralmente mais de um tipo de abuso em um único atendimento.” De acordo com a pesquisa realizada por Nunes e Sales (2014, p. 2) com artigos que traziam o tema abordado ou temáticas de violência contra criança e adolescente entre 2008 e 2012, eles analisaram cerca de 1570 artigos, eles avaliaram a ideia central de cada artigo, elencaram três categorias, sendo elas: “tipo de violência predominante contra crianças; perfil do gênero atingido pela violência; e o tipo de agressor.”

Em relação ao tipo de violência Nunes e Sales (2014, p. 3) citam que “o predomínio da negligência (50%), seguindo pela física (33,3%), psicológica (8,3%) e sexual (8,3)”. Sobre ao gênero o que mais predominou foi o do “sexo masculino (41,7%) em relação ao feminino (25%)”. Ainda Nunes e Sales (2014, p. 4) caracterizam quanto “ao tipo de agressor, o que mais predominou foi membro do grupo familiar (75%)”.

1.2.2 Políticas Públicas Brasileiras Voltadas À Proteção De Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência (Desde A Constituição Federal, ECA E As Políticas Específicas, No SUAS, No CREAS)

O mundo vivencia todos os dias uma realidade cruel, principalmente quando diz respeito à violência contra criança e adolescente. Essas violências em relação a crianças e adolescentes podem ocorrer no âmbito familiar e, também, no âmbito institucional. Diante destas violências e outras diversas situações tornam-se necessárias leis de proteção a essas crianças e adolescentes. Vejamos um breve percurso nas legislações brasileiras sobre crianças e adolescentes. A primeira lei voltada a esse tema foi o Código de Menores de 1927. De acordo com Brasil (1927, p. 6) Art. 101:

É proibido em todo o território da República o trabalho nos menores de 12 anos. Art. 102. Igualmente não se pode ocupar a maior dessa idade que contem menos de 14 anos e que não tenham completando sua instrução primaria. Todavia a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, com tanto que recebam a instrução escolar, que lhes seja possível. Art. 103. Os menores não podem ser admiti dos nas usinas, manufaturas, estaleiros, minas ou qualquer trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas e suas dependências. De qualquer natureza que sejam, públicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham caractere profissional ou de beneficência, antes da idade de 11 anos (BRASIL 1927, p. 6).

Conforme Maximiano et al. (2019,) o Código de Menores falava também do pátrio poder, delinquência e tutela. O código de menores foi um dos primeiros passos para instituir direitos às crianças e adolescentes.

De acordo com Maximiano et al. (2019, p. 7) em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), e “que seu objetivo era orientar os menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimento oficiais e particulares”

Em 1964 houve o golpe militar e Maximiano et al. (2019, p. 7) aponta que, “nesse período foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM/FEBEM) vinculada ao Ministério da Justiça”

Maximiano et al. (2019, p. 7) aponta também que em 1987 é criado a:

Comissão Nacional Criança constituinte e a formação da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que traz um artigo dedicado a proteção das crianças e dos adolescentes, o Código de Menores e PNBEM, entra em crise e é substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8069/1990.

Maximiano et al. (2019, p. 7) citam que o “ECA, criado em 13 de julho de 1990, substituiu a repressiva doutrina do Código de Menores de 1979, e instaurou novas referências políticas, jurídicas e sociais” De acordo com o seu primeiro artigo “toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, considerando-os como sujeito de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é da família, da sociedade e do Estado a categoria menor”. O Estatuto da criança e do adolescente visa elencar direitos para todas as crianças e adolescentes.

A partir de todos esses avanços nascem os conselhos para auxiliar nesta proteção a crianças e adolescentes. Para Gomes (2000, p. 166), os conselhos “[...] são instrumentos criados para atender e cumprir o dispositivo constitucional no que tange ao controle social dos atos e decisões governamentais”.

Para Seda (1999, p.15):

Nos termos do Estatuto Federal, é ser escolhido pela comunidade local, em processo definido por lei municipal e conduzido sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para executar atribuições constitucionais e legais no campo da proteção à infância e à juventude.

De acordo com Resolução 139/2010 do Conanda compete ao:

Conselho Tutelar ATENDER meninos e meninas, assim como suas famílias, além de encaminhar e acompanhar os casos de seu conhecimento. ENCAMINHAR os casos recebidos à Justiça, quando houver necessidade. REQUISITAR certidões de nascimento e óbito de crianças e adolescentes.

LEVAR ao Ministério Público as infrações administrativas e os crimes previstos no ECA. ASSESSORAR o Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2010, n.p).

De acordo com Resolução 139/2010 do Conanda: “os adolescentes que cumprem medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) são atendidos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).” A Resolução nº 109/09 do CNAS estabelece a forma de atuação dos CREAS (BRASIL, 2009).

Todas essas organizações servem para a proteção das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990, n.p). Art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, 1990). Art. 136 do Código Penal – Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina. Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa. § 1º – Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena: reclusão, de um a quatro anos. § 2º – Se resulta a morte: Pena: reclusão, de quatro a doze anos. § 3º – Aumenta-se a pena de um terço se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos (incluído pela Lei nº 8.069, de 1990).

Além do Estatuto da criança e do Adolescente em leis que se referem a outras políticas públicas a criança e adolescente tem amparo. De acordo com Maia Santos e Santos (2018, p. 35).

O direito universal à seguridade social foi pela Constituição Federal que fez o necessário para a definição de políticas operacionais capazes de colocar em prática o acesso a tal direito. Isto ocorreu em 1993 com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estabeleceu as diretrizes para a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país. Mas, somente em 2004 com a sanção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) o SUAS conseguiu ser efetivamente implantado. Com isto, definiu-se uma rede de atendimento com diferentes equipamentos públicos. A rede SUAS prevê três níveis de atendimento em termos de complexidade, organizados em dois serviços municipalizados: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela proteção social básica, de baixa complexidade; e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), responsáveis pela proteção social de média e alta complexidade (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome [MDS], 2011). Segundo Couto (2003) o trabalho realizado nesses serviços tem como princípio o fortalecimento da autoestima e dos vínculos familiares, comunitários e sociais dos usuários.

As crianças e adolescentes contam com duas unidades para garantia de seus direitos sendo elas: o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Delegacia Especializada para Atendimento a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), falaremos sobre o CREAS e seu serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) tem o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). De acordo com a Resolução nº 109 (BRASIL, 2009), que aprovou a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, o PAEFI “é descrito como um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.”

A Tipificação Nacional (BRASIL, 2009, p. 20) aponta como características do trabalho social no PAEFI:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

Na Delegacia Especializada para Atendimento a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), Resolução Nº 008/GAB/DGPC/SSP/2013, ficou determinado as suas atribuições, que prevê o atendimento a crianças, adolescentes, mulher e idosos, vítimas de violência e, também, ao menor que pratica ato infracional.

2 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 TIPO DA PESQUISA

A pesquisa para a construção dessa monografia foi documental e bibliográfica e buscou dados quantitativos e qualitativos visando identificar o perfil dos abusadores sexuais e das vítimas, crianças e adolescentes atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município de Caçador SC do ano de 2019.

Serão conceituadas neste item o que é pesquisa documental e o que é pesquisa bibliográfica. Inicialmente será falado da pesquisa documental, que foi realizada junto a DPCAMI de Caçador - Santa Catarina, por meio da análise e coleta de dados de Boletins de Ocorrência referentes ao ano de 2019. De acordo com (GIL, 2008, p. 45) pesquisa documental é a utilização “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Os autores (OLIVEIRA, 2007 apud Sá-Silva, Almeida e Guindani 2009, p. 6). afirmam que essa pesquisa se [...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, entre outras matérias de divulgação.

Já a pesquisa bibliográfica, que trouxe subsídios que dão sustentação teórica a pesquisa, conforme Martins e Theóphilo (2016, p. 52) caracteriza-se:

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Quanto aos dados coletados abordou-se a pesquisa quantitativa e qualitativa. Na pesquisa quantitativa, ressalta Fonseca (2002, p. 20):

Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a

realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Já a pesquisa qualitativa, para Minayo, (2001, p. 14) “é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.” As autoras Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) abordam as características da pesquisa qualitativa que são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A pesquisa foi realizada na cidade de Caçador, localizada no Estado de Santa Catarina, município localizado no meio oeste catarinense, com uma população estimada de 77.863 habitantes, sendo um dos municípios mais populosos da Região do Contestado.

A pesquisa utilizou todos os boletins de ocorrência registrados de violência contra criança e adolescentes no ano de 2019 e de todos os atendimentos feitos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para crianças e adolescentes.

A abordagem usada foi apenas com os registros dos departamentos, não houve nenhum contato com as vítimas e nem a identificação das vítimas e dos agressores, os dados foram apenas repassados pelos profissionais responsáveis pelo local. Todas as informações dos dados estão sobre compromisso ético do acadêmico que devolverá a pesquisa.

2.2 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na cidade de Caçador, localizada no Estado de Santa Catarina que está localizado no meio oeste catarinense, com uma população estimada de 77.863 habitantes, sendo um dos municípios mais populosos da Região do Contestado, com dados do ano de 2019, coletados dos registros da delegacia de polícia - DPCAMI e CREAS.

Conforme Rotta (2009, p. 29):

O Município de Caçador fica no coração da região onde, de 1912 a 1916, ocorreu a chamada Guerra do Contestado. É um orgulho ter a floresta Nacional de Caçador, com reflorestamento de pinos e araucária que tem registrado o recorde de ser a maior floresta reflorestada de araucária do mundo. Justifica-se, portanto, a vocação natural do município em estar ligado com a indústria madeireira ostentando o título de “Capital Brasileira da Madeira”.

De acordo com Rotta (2009, n.p) “Caçador é o município mais populoso do meio oeste, despontando na economia catarinense como 14º colocado em arrecadação e o 5º maior exportador do Estado.” Diante disto, podemos ver que o município de Caçador é um município que nasceu da indústria e ainda vive da indústria. O município da pesquisa se desenvolveu pausadamente, devido algumas dificuldades no caminho, mas no momento o município é constituído por saúde, educação, assistência social, comércio e indústria, tudo o que há necessário para o desenvolvimento da cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O AGIR DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conforme lamamoto (2000, p. 18) “o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.” Em relação ao conhecimento produzido, lamamoto (2004, p. 11) destaca o privilégio de uma categoria profissional que atua “na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam”. Como cita autora, é uma profissão que está em “transversalidade” das múltiplas expressões da questão social, a questão social desencadeia diversas expressões e essas expressões muitas vezes surgem no decorrer dos anos, devido a isso o profissional deve estar frequentemente se reatualizado. Como cita lamamoto (2000, p. 9)

O trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade.

De acordo com o que foi abordado pela autora, a profissão tem que se atualizar frequentemente, diante disto, podemos ver sobre o tema abordado na pesquisa, a violência sexual, esta violência infelizmente está ficando mais frequente nos dias atuais com diversas crianças e adolescentes e cada caso tem que ser abordado conforme o seu histórico, como diz lamamoto (2000, p. 35) a “o momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas.”

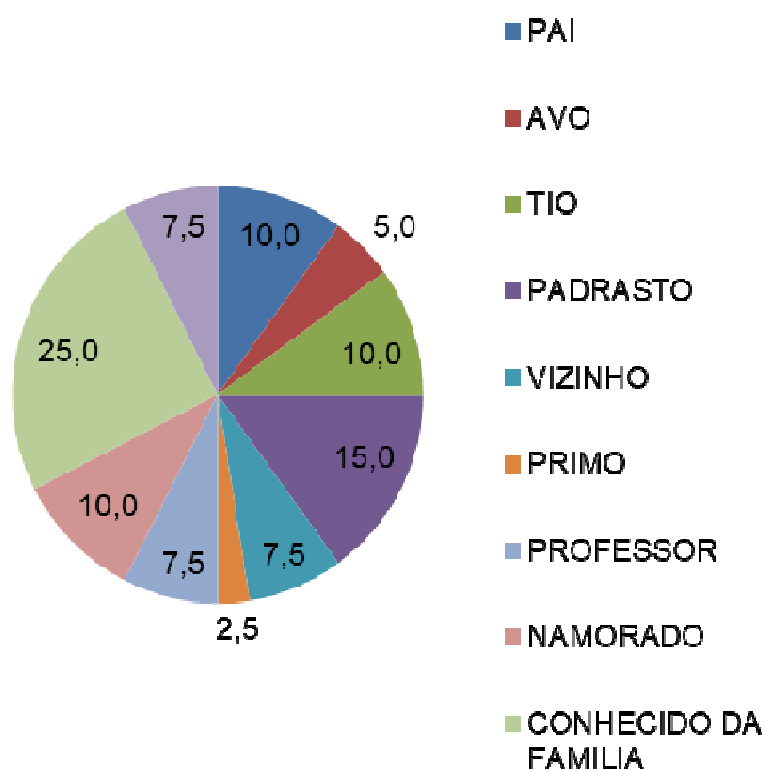
3.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS AGRESSORES DPCAMI

A pesquisa desenvolvida utilizou os dados dos boletins de ocorrência da DPCAMI de Caçador, nesses dados foi identificado que foram registrados 36 boletins de ocorrência resultando em 44 casos de violência sexual contra criança e adolescente. Os dados levantados foram: grau de proximidade ou parentesco dos

agressores com as vítimas, sexo e idade das vítimas e agressores, tempo de abuso, bem como o relato qualitativo que evidencia maiores detalhes da violência tanto na qualificação das vítimas quanto dos agressores.

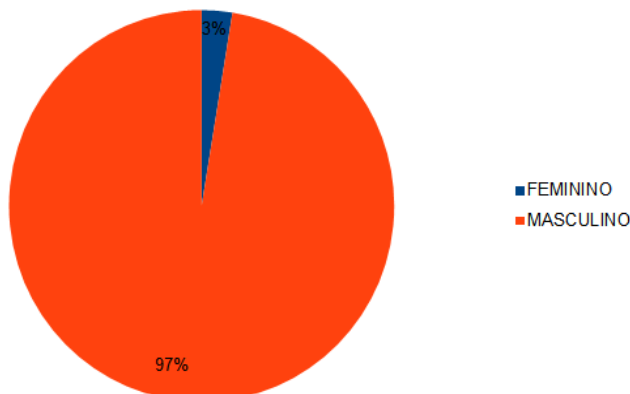
De acordo com o Gráfico 1, 92,5% dos abusadores convivem diariamente com as vítimas, dentro de suas casas. Percebe-se que as vítimas além de viver o abuso vivem a violência psicológica diariamente no convívio com os agressores. Nesses dados, pode-se identificar que 10% dos abusadores são os próprios pais, 5% são os avôs das vítimas, 10% dos abusadores são os tios, 15% são os padrastos, 7,5% são vizinhos das vítimas, 2,5% são primos, 7,5% são professores dessas crianças e adolescentes, 10% são namorados, 25% são conhecidos da família. Esse foi o maior número como pode-se ver no gráfico abaixo, isso demonstra que, na maioria das vezes, os abusadores estão dentro da casa da vítima e 7,5% são desconhecidos.

Gráfico 1 - Perfil dos agressores, grau de proximidade da vítima



Fonte: A autora (2020).

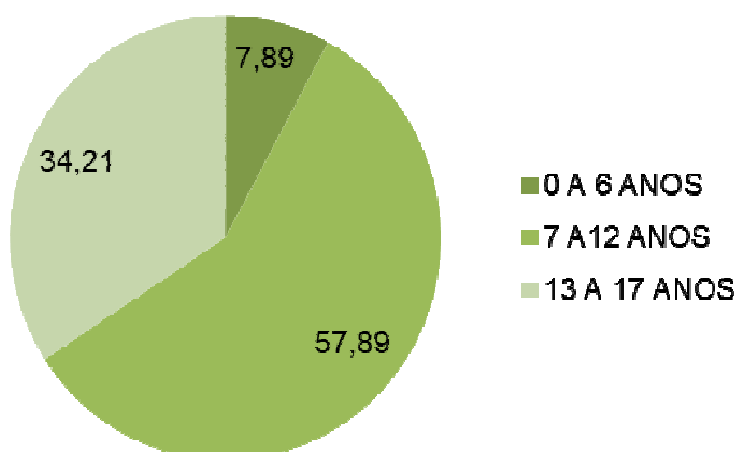
Quanto ao sexo dos abusadores, pode-se observar no gráfico abaixo que 3% são do sexo feminino e 97% são do sexo masculino, nesses dados pode-se ver que a maioria desses abusadores são homens e estão no seio familiar da vítima.

Gráfico 2 - Sexo dos abusadores

Fonte: A autora (2020).

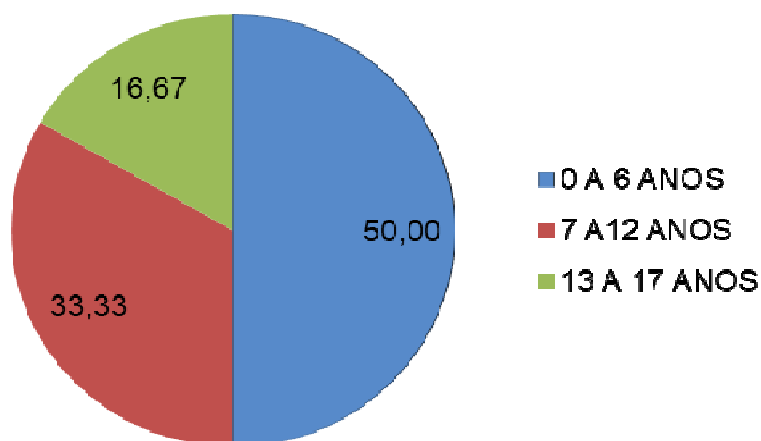
Ou seja, conforme outras pesquisas descritas nesta monografia, confirma-se o dado de que o abusador, na maioria das vezes, é alguém muito próximo da vítima, denotando que os ambientes que deveriam ser de proteção de crianças e adolescentes refletem nesses casos em locais de violência.

Quanto às vítimas, com os dados coletados na DPCAMI de Caçador SC, chegamos à conclusão de que do sexo feminino são 7,89% de 0 a 6 anos e 57,89% são da idade entre 7 a 12 anos, é o maior número de violência entre essas idades. Ainda, 34,21% são de 13 a 17 anos, ou seja, adolescentes.

Gráfico 3 - Sexo e idade das vítimas femininas

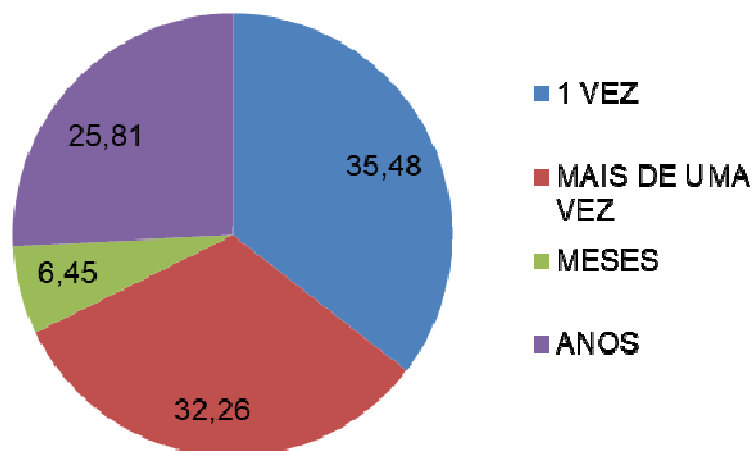
Fonte: A autora (2020).

Já com o sexo masculino é 0 a 6 anos é 50% das vítimas, de 7 a 12 anos 33,33% e de 13 a 17 anos 16,67. É um número bem significativo em relação as vítimas devido aos 36 boletins de ocorrência registrados foram 44 vítimas e dessas 44 vítimas 6 são do sexo masculino e 38 do sexo feminino.

Gráfico 4 - Sexo e idade das vítimas masculinas

Fonte: A autora (2020).

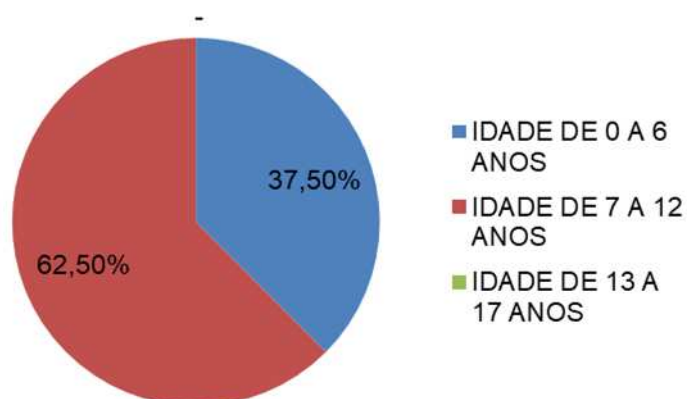
Outro dado coletado das vítimas foi o tempo que elas sofreram o abuso, 35,48% das vítimas sofreram o abuso uma vez, 32,26 % sofreram mais de uma vez, 6,45% sofreram o abuso durante meses, 25,81% sofreram abuso sexual durante anos. Conforme o gráfico abaixo, podemos ver essa informação.

Gráfico 5 - Tempo de abuso sexual

Fonte: A autora (2020).

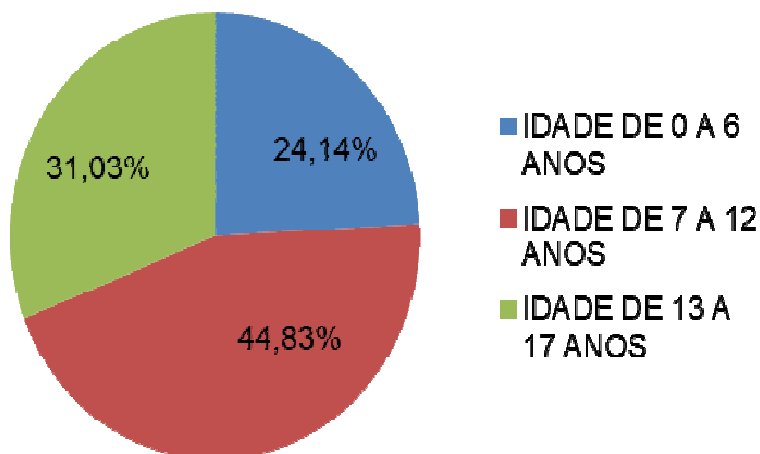
3.3 ANÁLISE DOS DADOS DAS VÍTIMAS CREAS

Os dados analisados do CREAS levaram à conclusão de que as vítimas do sexo masculino são 37,5%, tem a idade entre 0 e 6 anos e 62,5% tem a idade entre 7 e 12 anos, foram 6 crianças e adolescentes do sexo masculino atendido pelo CREAS de abuso sexual em 2019 conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Sexo e idade das vítimas Masculinas – CREAS

Fonte: A autora (2020).

Os dados analisados do CREAS levaram à conclusão que as vítimas do sexo feminino são 24,14%, tem a idade entre 0 e 6 anos, 44,83% tem de 7 a 12 anos de idade e 31,03% tem entre 13 a 17 anos de idade, foram 29 crianças e adolescentes do sexo feminino atendido pelo CREAS de abuso sexual em 2019 conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Sexo e idade das vítimas Femininas – CREAS

Fonte: A autora (2020).

3.4 BREVE RELATO SOBRE OS CASOS ATENDIDOS PELA DPCAMI

Relato vítima 1: “a vítima relatou a sua avó que estava sendo abusada pelo seu pai desde seus 5 anos de idade”;

Relato vítima 2: “a vítima relatou que num evento da igreja o agressor fez atos libidinosos com ela e pedia que se levanta a blusa, e a beijou nos seios e que a outra vez isso também”;

Relato vítima 3: “a vítima relatou que seu vizinho foi até sua casa e disse que sua namorada queria falar com ela, quando chegou na casa dele, ele a forçou entrar no quarto onde havia mais 5 garotos que abusaram dela 3 vezes seguidas”;

Relato vítima 4: “a vítima estava na casa dos avós paternos e enquanto seus avós estavam distraídos, o agressor acariciou sua região íntima, beijou sua boca e passou a língua nela”;

Relato vítima 5: “a mãe relata que deixou seu filho na casa da avó e o agressor estava lá, a mãe saiu por um momento e quando voltou viu o agressor passando o órgão genital na bunda de seu filho”;

Relato vítima 6: “a mãe relata que o agressor foi até sua casa pedir sua filha em namoro, a vítima relatou que o agressor já tinha a beijado a força”;

Relato vítima 7: “através de um disk 100, relataram que o pai abusava das 4 filhas há cerca de 2 anos de acordo com a vítima de 12 anos a primeira vez foi a 2 anos, ele passava a mão nos seios e descia para a vagina e logo em seguida fazia relação sexual”;

Relato vítima 8: “a vítima relatou que seu pai durante a noite deitava com ela, passava a mão nela e tentou fugir, mas não tinha força”;

Relato vítima 9: “a mãe relatou que sua filha está grávida de 4 semanas do namorado”;

Relato vítima 10: “a mãe da vítima relatou que viu o agressor deitado ao lado de seu filho de modo suspeito, a vítima relatou que o padrasto passou a mão em sua bunda e suas partes íntimas”;

Relato vítima 11: “a vítima relatou que seu vizinho abusou diversas vezes dele, não contou antes porque ele o ameaçava, que se contasse para alguém matava sua família”;

Relato vítima 12: “a vítima fugiu de casa e ficou desaparecida por vários dias, e segundo informações estava numa casa de prostituição, onde a dona da boate está sendo acusada devido à idade da vítima”;

Relato vítima 13: “a vítima contou a sua professora que seu padrasto tentou “mexer” em suas partes íntimas”;

Relato vítima 14: “a vítima relatou que um homem parou o carro ao seu lado enquanto ia para a escola e pediu para ela entrar no carro, a vítima negou-se a entrar então o agressor retirou o órgão genital para fora mostrando para ela”;

Relato vítima 15: “a mãe da vítima a questionou sobre seu comportamento, a vítima relatou que seu padrasto passou a mão nela diversas vezes e tentou ter relações sexuais com ela, mas sempre ela fugia”;

Relato vítima 16: “mãe fez a denúncia que aproximadamente 3 anos sua filha estava sendo abusada pelo avô paterno, descobriram na última visita ao avô em 03/2019”.

Relato vítima 17: “vítima chegou no Hospital Maicé com sinais de amarras pelo corpo e sinais avermelhados no órgão genital com a possibilidade de violência sexual, o hospital entrou em contato com a polícia, após isso conversado com a vítima, a mesma não soube de nada. Ainda de acordo com testemunhas, ela foi numa festa drogou-se e saiu com caminhoneiros”;

Relato vítima 18: “o primo que morava atrás da casa da vítima, cuidava dela de vez em quando para sua prima trabalhar, segundo a vítima o primo tentou “colocar o pintinho em minha bundinha”;

Relato vítima 19: “a vítima relatou que estava na casa da tia e que enquanto sua mãe trabalhava, a mesma relatou para essa tia que o dono da casa onde morava mexeu em suas partes íntimas”;

Relato vítima 20: “aos cuidados do tio da madrasta, enquanto ela dormia, ele subiu em cima dela e em seguida a vítima acordou assustada com ele em cima dela sem roupa, não lembra muita coisa devido o ocorrido ter sido a 2 anos e agora que tomou coragem de contar”;

Relato vítima 21: “a mãe procurou a polícia informando que sua filha dormiu fora de casa e a encontrou na casa do namorado com bebida alcoólica no local”;

Relato vítima 22: “a vítima contou a sua mãe que seu professor a tocou em sua perna próximo a sua região íntima”;

Relato vítima 23: “boletim registrado pela mãe devido sua filha estar grávida, segundo a vítima seu namorado queria fazer coisas ela pediu para ele explicar que coisas eram. Ele disse ter relações sexuais, disse que não respondeu ficou em silêncio e em seguida ele começou passar a mão nela e a beijar”;

Relato vítima 24: “as vítimas compareceram à delegacia depois de 10 anos denunciar o tio por abuso, segundo as vítimas ele passava a mão em suas partes

íntimas e as beijavam, relatou uma das vítimas que o último abuso foi aos seus 9 anos. Relatou a outra vítima que quando seu tio a levou para casa, ele começava a passar a mão em suas partes íntimas e queria beijar na boca, disse que ficava assustada, gritava querendo sua tia, ele já dizia para parar de chorar e não contar para ninguém, que durante a noite acordava com ele ao seu lado colocando a mão dela em seu pênis”.

Relato vítima 25: “a mãe relatou que a 4 meses atrás o comportamento de suas filhas havia mudado. A mãe disse que sua nora relatou que o dono da mercearia havia abusado sexualmente de suas filhas, mas não acreditou, sua filha mais nova foi comprar pão e a vítima chegou estranha segundo a mãe, foi quando a mãe perguntou a suas filhas e elas a contaram sobre os abusos”;

Relato vítima 26: “a vítima relatou que em algumas ocasiões o professor assediou e constrangeu ela, e em alguns momentos passou a mão em seu corpo nas nádegas e seios e tentou levá-la para o carro”;

Relato vítima 27: “vítima apresentou chupões no pescoço disse que passou a noite com um rapaz no parque central, mas que foi só uns beijos”;

Relato vítima 28: “vítima relatou que é abusada desde seus 4 anos de idade, vem sofrendo abuso sexual de seu tio e avô, e também do pastor da igreja foi quando ele deu um abraço nela e passou a mão em sua bunda do seu avô passou várias vezes passou a mão em seus seios e de seu tio foi quando ele, levou ela para o mato diversas vezes, lá ele tirava a roupa e ficava se esfregando nela”;

Relato vítima 29: “segundo a mãe da criança estavam na casa do irmão, seu filho mais novo a relatou que meninas ficaram sozinhas com o haitiano que morava embaixo da casa do irmão. O irmão de 7 anos a irmã de 4 e a prima de 7, segundo o menino o agressor, levou elas para o quarto e disse que ele não podia entrar porque iam brincar de ‘pique esconde”. A menina de 4 anos apresentou assaduras nas genitais segundo a vítima” foi tio haitiano” segundo relatos a criança está com dor abdominal com odor e secreção na vagina;

Relato vítima 30: “a vítima relatou a sua avó que seu padrasto havia passado a mão em suas partes íntimas 3 vezes”;

Relato vítima 31: “sua mãe dormia ou trabalhava, e ele começou passando a mão nela e depois passou a manter conjunção carnal”;

Relato vítima 32: “a vítima está com 24 anos, mas somente agora tomou coragem em contar que seu padrasto, abusa sexualmente dela desde os 15 anos”;

Relato vítima 33: “a vítima está grávida de seu namorado”;

Relato vítima 34: “a vítima relatou que seu tio passou a mão em suas pernas e tentou tirar sua calcinha, disse que tentou outras vezes”;

Relato vítima 35: “as vítimas relataram que o vizinho lhe dava doces, ele levava elas para a sua casa, mas não informaram sobre algo a mais”;

Relato vítima 36: “a vítima de 10 anos contou a sua avó que era abusada desde os 8 anos pelo seu padrasto que ele obrigava a fazer sexo com ela e ele tirava foto e gravava e mostrava vídeos pornô para ela, e que seus irmãos também eram abusados”.

3.5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Podemos concluir nesta pesquisa que uma das expressões da questão social, sendo a violência contra crianças e adolescentes, é bem latente. Em 2019, em Caçador - SC, foram registrados 36 boletins de ocorrência resultando em 44 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O sexo mais atingido nesta violência é o sexo feminino, sendo 38 do sexo feminino e 6 do sexo masculinos atendidos pela DPCAMI, já do CREAS foram 29 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. A idade mais atingida pela violência sexual foi entre 7 e 12 anos, no sexo feminino, e 0 a 6 anos entre as vítimas masculinas, ou seja, a maior parte das vítimas é criança.

Quanto ao perfil dos agressores pode-se observar na pesquisa que 92,5% dos abusadores do sexo masculino convivem diariamente com as vítimas, dentro de suas casas, possuindo grau de parentesco ou muita proximidade. Normalmente, agem dentro do próprio domicílio utilizando-se da confiança e do medo das vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida abordou o Capitalismo que é o sistema econômico, social e cultural que predomina na maior parte do mundo, esse sistema ocasiona profundas desigualdades sociais e as mais diversas expressões da questão social, entre elas, a violência sexual contra crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes devem estar em convívio social de ambientes protetivos, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade social sujeitam com maior intensidade esse grupo da população a essa violência. A profissão de Serviço Social tem fundamental papel na atuação como prevenção e proteção das vítimas e, também, no trabalho com os agressores. Essas intervenções na questão social, objeto da profissão, implicam nos preceitos norteadores do Código de Ética profissional bem como no projeto ético-político, ou seja, a construção de uma sociedade justa, equânime e democrática.

Conclui-se, que muito se evoluiu em termos de legislações de proteção, prevenção e direitos para as crianças e adolescentes brasileiros, todavia, ainda os números de violência e violação de direitos apontam pela deficiência das políticas públicas oriundas dessas legislações. O Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Saúde, a Educação, o Conselho Tutelar, Conselhos da Criança e do Adolescente, o Poder Judiciário, a Segurança Pública, o Estado de modo geral, a sociedade e a família têm dever de amparo e proteção e são as principais políticas públicas e órgãos voltadas à criança e adolescente.

O objetivo desta pesquisa foi analisar o perfil dos abusadores sexuais e das vítimas, crianças e adolescentes do CREAS e da DPCAMI do município de Caçador – SC, no ano de 2019. Os resultados dessa pesquisa foram que 92,5% dos abusadores são do sexo masculino e convivem diariamente com as vítimas, sexo mais atingido nesta violência é o sexo feminino e a idade mais atingida das vítimas é de 0 a 6 do sexo masculino e de 7 a 12 do sexo feminino, sendo o sexo masculino o sexo predominante dos agressores.

Destaca-se no relato das vítimas que, na maioria das vezes, a proximidade parental ou afetiva do agressor provoca uma relação em primeiro momento de confiança e em seguida de medo, outro ponto importante é o local das agressões que normalmente ocorrem dentro dos domicílios, no ambiente familiar.

O grande desafio para os profissionais de Serviço Social e para a sociedade caçadoreense de modo geral é romper com o ciclo de violência sexual contra crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- ALMEIDA, Gustavo Vieira de. **A relação entre o abuso sexual de crianças e adolescentes e o patriarcado: uma perspectiva histórica**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Fundação Universidade Brasília, Brasília, 2016.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- ARRUDA, F. A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, n.1, jul./ago. 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4490/4016>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROS, Amailson Sandro de.; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, p. 102-114, dez., 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- BARROS, Regilane Alves de; SANTOS, Glauce Barros. As vertentes do abuso sexual de crianças e adolescentes e sociedade. **Revista da FAESF**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <http://faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/11>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- BASS, Ellen; THORNTON, Louise (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1985.
- BASTOS, Kárita Rachel Pedroso et al. Grupo multifamiliar: uma proposta de intervenção psicossocial com adolescentes autores de violência sexual. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2019, Brasília. [...] **Anais**. Brasília, 2019.
- BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, abr./jun., 2008.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a20v13n2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2018.

_____. **Ministério da Saúde**. 2 ed. Brasília: Editora do Ministério da saúde, 2011/2018.

_____. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

_____. **Resolução nº 139 do CONANDA de 17 de março de 2010**. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências. Manaus: Ministério Público do Estado do Amazonas, 2010.

_____. **Resolução nº 008/GAB/DGPC/SSP/2013**. Florianópolis: Governo do Estado, 2013.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2001.

_____. **Lex. Conceituação de violência**. Rio de Janeiro: OMS; 2002.

BRAUAN, Luiza Eisenhardt; SANTIAGO, Bárbara. O princípio da solidariedade como ferramenta de efetivação do estatuto da criança e do adolescente. In: REIS, Jorge Renato dos; FREITAS, Priscila de (orgs). **Intersecções Jurídicas entre o Público e o Privado**. Curitiba: Íthala, 2019. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/471887137/Interseces-juridicas-entre-o-pblico-e-o-privado-A-solidariedade-como-paradigma-pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 40, p. 39-60, set./dez, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4490/4016>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CASSAGNAC, Granier de. **Histoire des classes ouvrières et des classes bourgeoises**. Bruxelles: Société Belge de Librairie. Paris: Desrez, 1838.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1992. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

COSTA Gilmaisa Macedo. Revisitando o Serviço Social clássico. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p.166-180, 2017.

CREPALDI, Silvio A. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas: Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional. Sub-eixo: Trabalho Profissional. In: ENPES, 2018, Vitória. [...] **Anais**, Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22975>. Acesso em: 19 out. 2020.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Violência denunciada: ocorrências de maus tratos contra crianças e adolescentes registradas em uma unidade policial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 4, p. 665-670, jul./ago., 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Ana Lígia. Os conselhos de políticas e de direitos. In: Universidade Nacional de Brasília. Centro de Educação Aberta, Continuada, A Distância. **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, 2000. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/download/934/714>. Acesso em: 26 mai. 2020.

GRIMALDI, Emanoela. Agressor sexual de crianças e adolescentes: perfil e perpetração em uma década de registros nas Delegacias Especializadas. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 34-44, dezembro 2018.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

HARTFORD, Margareth. **Grupos em serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa**, n. 3, jan./jun., 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Questão social no Brasil: relações sociais e desigualdades. **Revista Digital de Trabalho Social**, v. 2, n. 3, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IZERROUGENE, Bouzid; URPIA, Arthur G. B. da Cruz; ALMEIDA, Isaura Florisa G. de. A lógica da acumulação capitalista na economia informacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 72-88, mar., 2010.

LEAL, Marco Aurelio de Oliveira. Teórico, político e histórico: uma discussão sobre a abordagem marxiana do conceito de classes sociais. **Revista Alamedas**, v. 7, n. 1, p. 25, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/22476>. Acesso em: 20 out. 2020.

LEAL, Maria Lucia Pinto (org). **A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília**. Metodologia de pesquisa-ação e investigação social (2008/2009). Brasília: Grupo Violes/Departamento de Serviço Social/Universidade de Brasília/Secretaria de Direitos Humanos-SDH/PR, 2012.

LIMA, Eliane Carvalho de.; OLIVEIRA NETO, Calisto Rocha de. Revolução Industrial: considerações sobre pioneirismo industrial Inglês. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 194, p. 102-113, 2017.

MAIA, Angela Costa; BARRETO, Maíra. Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: Análise dos registros. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 195-204, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a02.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MAIA, Josiane Nunes et al. Violência contra criança: cotidiano de profissionais na atenção primária à saúde. **Revista Rene**, Londrina, v. 17, n. 5, p. 593-601, set./out.,

2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/6179/4417>. Acesso em 06 mai. 2020.

MAIA, Rodolfo Luís Almeida; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SANTOS, Marcelo Jardim dos. As relações étnico-raciais no cotidiano de psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. In: **Atualidades na investigação em psicologia e psicanálise**, 2018.

MALGARIM, Bibiana Godoy; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. O abuso sexual no contexto psicanalítico: Das fantasias edípicas do incesto. **Aletheia**, 33, p. 123-137, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300011. Acesso em: 27 abr. 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico** (Livro IV de O capital). São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Vol. II. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAXIMIANO, Gabriela Fernandes et al. Política pública de acolhimento institucional: um instrumento de enfrentamento a situações de violência contra criança. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n. 7, 2019.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direitos Humanos: Coletânea de legislação**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A História Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORALES, Álvaro. E; SCHRAMM, Fermin R. A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 265-273, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v7n2/10246.pdf>. Acesso em: 14 mai. de 2020.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético/político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política**

Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A construção do projeto-ético-político do Serviço Social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, mar., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300871. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. **Transformações no mundo do trabalho da revolução industrial aos nossos dias**. Revista Caminhos de Geografia, v. 6, n. 11, p. 84-96, fev., 2004.

PADILHA, Ana Paula. **Um estudo de caso sobre a violência intrafamiliar praticada contra criança e adolescente na comarca de Otacílio Costa/SC entre os anos de 2014 a 2018**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2018. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/a4dc6-padilha,-ana-paula.-a-violencia-contr-a-crianca-e-adolescente-em-otacilio-costa.-unifacvest,-2018..pdf>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PELISOLI, Cátula; PICCOLOTO, Luciane Benvegno. **Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo comportamentais na escola, na família e na comunidade**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 6, n. 1, p. 108-137, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtc/v6n1/v6n1a07.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso Sexual Intrafamiliar Recorrente**. Curitiba: Juruá Editora, 2001.

ROTTA, Ana Mara Soletti, “**se essa praça, se essa praça fosse nossa**”...: **espaços públicos e possibilidades para o lazer dos jovens de Caçador/Sc**, Florianópolis, SC 2009, disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92252/275218.pdf?](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92252/275218.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

[sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92252/275218.pdf?sequence=1&isAllowed=y), acesso em 27 de outubro de 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila de Souza. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SANTOS, Jaqueline Silva; YAKUWA, Sayuri Mariana. Processo de comunicação em saúde da enfermagem com o adolescente: abordagem do Event History Calendar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 15, n.1, p.38-43, jun., 2015.

SANTOS, Joel José dos. **Fundamentos de custo para formação de preço e do lucro**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul., 2009.

SCHINKEL, Willem. **Aspects of violence: A critical theory**. Kent, Palgrave Macmillan. publications include Globalization, 2010.

SEDA, Edson. **Comissão Redatora do Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil**. 1999. Disponível em: <http://eca-capacita.com.br/videocapacita/category/edson-seda/>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SILVA, Jackeline Araujo. O código de ética do/a assistente social e o projeto ético-político: uma trajetória histórica de mudanças. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

SILVA, Márcia Cristina Amaral; GASPARIN, João Luiz. **A segunda revolução industrial e suas influências sobre a educação escolar brasileira**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SILVA Michele Vargas. **A violência doméstica contra crianças: histórias e contextos**, Ijuí – RS 2013. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1760/michelle%20silva%20%20tcc.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em: 06 de novembro de 2020.

SOUZA, Rainer. **Origem do Capitalismo**. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/origem-capitalismo.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAGOSTELLO, Lucilena. O risco da negligência: Um estudo de caso. **Psicologia: Revista da Vetor**, n. 1, p. 142-152, 2002.

VIANA Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES Claudenora Fonseca. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu Reflexo no Exercício Profissional na Contemporaneidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

VIEIRA, Balbina Otoni. **Serviço Social: processos e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1988.